



A vida através dos papéis guardados: construção de memórias e narrativas históricas através dos acervos pessoais

Rodrigo Luis dos Santos¹

Resumo: Almejamos neste artigo estabelecer algumas reflexões acerca da construção de memórias, através dos acervos pessoais. Ancoramos nossa análise na percepção de que a constituição de acervos constitui em um enquadramento de memória, em um recurso utilizado pelos indivíduos para deixarem uma imagem de si para o meio social no qual estiveram inseridos. Para tanto, adotaremos como laboratório de análise o acervo pessoal do político e intelectual Carlos de Souza Moraes, hoje sob responsabilidade do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, no município de São Leopoldo/RS.

Palavras-chave: Acervos Pessoais; Memória; História.

Life through saved papers: building memories and historical narratives through personal collections

Abstract: In this article we aim to establish some reflections about the construction of memories, through the personal collections. We base our analysis on the perception that the constitution of collections constitutes a framework of memory, a resource used by individuals to leave an image of themselves for the social environment in which they were inserted. To do so, we will adopt as laboratory of analysis the personal collection of the political and intellectual Carlos de Souza Moraes, nowadays under the responsibility of the Historical Museum Visconde de São Leopoldo, in the municipality of São Leopoldo/RS.

Keywords: Personal Collections; Memory; History.

Os acervos pessoais e os jogos da(s) memória(s)

O documentos mentem tanto quanto os homens.

Yury Tynyanov

Em outubro de 2013, uma família exponencial do município sul-rio-grandense de São Leopoldo, conhecida no meio sociocultural e empresarial local, entre em contato com a direção do Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, instituição de memória sediada no mesmo município. O assunto central do contato era verificar o interesse da instituição em receber o acervo pessoal do patriarca da família, constituído ao longo dos seus 95 anos de vida. Ressaltado o interesse por parte do museu, o passo seguinte foi realizar uma verificação prévia do que efetivamente se tratava esse acervo acumulado.

¹ Doutorando em História na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Bolsista PROSUP/CAPES. mESTRE em História (bolsista FAPERGS/CAPES) e graduado em Licenciatura Plena em História pela UNISINOS. Coordenador e Professor nos Cursos de História e Geografia do Instituto Superior de Educação Ivoti. É membro e atual presidente (Gestões 2016-2017 e 2018-2019) da Associação Nacional de Pesquisadores da História das Comunidades Teuto-Brasileiras (ANPHCTB). Associado e membro da Diretoria (Tesoureiro/Gestão 2018-2020) do Instituto Histórico de São Leopoldo (IHSL). E-mail: rluis.historia@gmail.com / rodrigo.santos@institutoivoti.com.br

Ao chegarem à casa que pertencera ao constituinte do acervo, os responsáveis pela triagem do material encontraram uma biblioteca com mais de 600 livros, de temas diversos, mas, especialmente, vinculados com Direito, História e Literatura. Além da considerável biblioteca, também existia uma gama de documentos, dos mais variados tipos, grande parte condicionados em pastas oriundas do escritório de advocacia do agente histórico que formou aquela massa documental. Cartas, cartões de Boas Festas, recortes de jornais, mapas, recibos, rascunhos e esboços de livros e artigos, documentos oficiais, fotografias, relatórios, entre outros tipos, puderam ser encontrados naquelas pastas, minimamente organizadas.

Embora sem ter uma dimensão mais ampla da potencialidade e das descobertas possíveis por meio daqueles documentos, as pastas e os livros foram levados para o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, com o intuito de receberem uma verificação mais detalhada e a devida organização arquivística. Mas, em que aspecto este relato tem ligação com a citação do pensador soviético Yury Tynyanov? Não se trata, aqui, de exprimir uma acusação indevida contra o constituinte do acervo pessoal que aqui utilizaremos como instrumento de análise, mas sim, pensarmos as memórias, intenções, discursos, evidências e silenciamentos que estão impregnados em um acervo documental. Nesse sentido, a epígrafe que escolhemos demonstra que a acumulação documental é fruto de uma vontade humana e, por conta disso, passível de sofrer as interferências mais distintas, que são necessárias identificar e refletir, para que o pesquisador não caia na “areia movediça” decorrente daquilo que emerge das informações ali contidas.

Os “perigos apaixonantes” dos arquivos privados estão associados diametralmente com as possibilidades que eles descortinam ao pesquisador, exercendo, mesmo que hipoteticamente, uma função de “chave e porta”: através deles, pode ser possível acessar aspectos mais íntimos da vida e da trajetória daquele que originou e, geralmente, organizou o acervo. Sobre isso, Luciana Heymann assevera que

a sedução exercida pelos arquivos privados pessoais sobre os pesquisadores parece repousar exatamente na expectativa deste contato com a experiência de vida dos indivíduos cuja memória, imaginamos, fica acessível aos que examinam sua “papelada”, vista como repositório seguro dos registros de sua atuação, pensamento, preferências, pecados e virtudes (HEYMANN, 1997, p. 41-42).

Mas, efetivamente, onde reside o perigo nos acervos pessoais? Nossa interpretação analítica ressalta que um dos fatores mais problemáticos está em não se questionar o acervo em si. Ou seja, está em não perceber a construção personalista que está contida no bojo acumulativo dos documentos selecionados. Em suma, a escolha e descarte de determinados documentos, a forma de organização e direcionamentos posteriores, fazem parte de uma memória que os sujeitos objetivam construir de si mesmos e que, por meio dos acervos pessoais que constituíram, possam ser perpetuadas futuramente. Corroborando com essa percepção, é pertinente a colocação de Philippe Artières, ao sustentar que

[...] essa exigência do arquivamento de si não tem somente uma função ocasional. O indivíduo deve manter seus arquivos pessoais para ver sua identidade reconhecida. Devemos controlar as nossas vidas. Nada pode ser deixado ao acaso, devemos manter arquivos para recordar e tirar lições do passado, para preparar o futuro, mas sobretudo para existir no cotidiano (ARTIÈRES, 1998, p. 14).

Adentrando nesta perspectiva, a elaboração de um discurso representativo de si está ancorado em uma intencionalidade efetiva, onde memória pessoal e memória coletiva se colocam em debate contínuo. Em outras palavras, a imagem que se busca afirmar deve ser aquela que será acionada e difundida socialmente. Para tanto, todas as formar discursivas utilizadas devem partir de um processo de seleção indi-

vidual por parte do sujeito. Ele é que busca definir o que vale ser ressaltado e o que deve ser deixado em segundo plano. Instrumentalmente, o sujeito faz uso, desta forma, de um recurso que Michel Pollak (1989) conceituou como *enquadramentos da memória*.

Segundo este autor, aquele que manipula determinada memória ou representação desta, elabora as formas como ela é materializada e deve ser contada, perpetuada para os demais indivíduos do meio social. Com isso, essa memória, ao menos teoricamente, acaba por ganhar contornos estritamente delimitados, não permitindo assim que ocorram interferências e interpretações discordantes. Esse processo seletivo de enquadrar determinados elementos memorialísticos está no cerne da tentativa de homogeneizar discursos e representações, de acordo com os interesses individuais e coletivos, sempre em relação diametral com a conjuntura social, pois, para que uma dada memória seja eficiente na alocação interpretativo que carrega, ela deve se dar diante do meio coletivo.

Façamos um exercício imaginativo: um fotógrafo profissional, contratado para registrar um determinado evento, irá buscar materializar a memória daquele acontecimento de forma mais criteriosa, escolhendo os momentos mais importantes. Para tanto, ele se utiliza de procedimentos técnicos, levando em conta fatores como luminosidade, distanciamentos, os ângulos mais corretos. Neste panorama, o processo de registro visual passa por um enquadramento. Da mesma forma, a definição das memórias que devem ser enaltecidas e aquelas que devem ser desconsideradas também passa por um crivo, por um ajuste. E quando nos atentamos ao processo de acumulação documental, isso fica evidenciado, pois existem fatores objetivos e subjetivos que definem o que permanece e o que se torna lixo.

Mas a memória individual estabelece um jogo de forças com o meio social e com a memória coletiva. É importante reforçar a argumentação de Maurice Halbwachs (2013) sobre esta relação entre as duas memórias, dado que o individual está em muito baseado no meio social na qual está inserido. Afinal, quando um determinado sujeito busca construir uma memória de si, é visando a sua presença em um meio coletivo, em uma âmbito social. Há, portanto, a necessidade de subsidiar elementos que estabeleçam um elo entre os diferentes indivíduos. Ainda sobre o conceito de *memória coletiva*, um apontamento de Halbwachs respalda ainda mais uma reflexão sobre escolhas por parte dos sujeitos:

para que a nossa memória se aproveite da memória dos outros, não basta que estes nos apresentem seus testemunhos: também é preciso que ela não tenha deixado de concordar com as memórias deles e que existam muitos pontos de contato entre uma e outras para que a lembrança que nos fazem recordar venha a ser constituída sobre uma base comum (HALBWACHS, 2013, p. 39).

Com base neste argumento, um dos mais preponderantes critérios de escolha de memórias materializadas, por parte do indivíduo, seja advindo dos elementos comuns que ele julgue representativas do meio social no qual está vinculado. Ele pensa no coletivo e naquilo que, sendo evidenciado ou rejeitado, melhor sirva como elo de ligação para com o grupo, visando, posteriormente, que esse conjunto social perpetue uma determinada memória, construída criteriosamente pelo indivíduo. E a materialização de memórias se dá, também, no campo documental.

Até o momento, analisamos como a intencionalidade, a partir do desejo de efetivação de uma determinada memória pessoal difundida no coletivo, contribui para os critérios de escolhas de um sujeito, tendo como foco de interpretação crítica a constituição de acervos pessoais. Mas, quando um acervo pes-

soal ganha valor público?

Ainda existe uma discussão acirrada entre a importância de determinados acervos pessoais. Em grande parte, essa discussão decorre do próprio papel da História. E, novamente, vemos a tentativa de imposição de um modelo interpretativo da História em nosso país, calcado na cronologia e em um caráter acríptico e raso. Sendo assim, ainda, no século XXI, se discute o real papel da História para uma sociedade. Segundo Carlos Pereyra,

durante muito tempo a história foi concebida como se sua tarefa consistisse apenas em manter viva a recordação de acontecimentos memoráveis [...] A função da disciplina se limitou primeiramente a conservar na memória social um conhecimento perdurável de sucessos decisivos para a coesão da sociedade, a legitimação de seus governantes, o funcionamento das instituições políticas e eclesiásticas (PEREYRA, 1982, p. 18).

Hoje, o debate em torno da função historiográfica, mesmo diante de conturbadas tentativas de retrocesso, já está mais ampla, alargando o espectro dos sujeitos e meios sociais contemplados. Contudo, é diante desse prisma que o debate em torno da importância dos acervos pessoais persiste. Alguns ainda defendem a ideia de que apenas os acervos de grandes personalidades tenham utilidade coletiva. Mas, existem outros pesquisadores que defendem uma postura diferente: que os arquivos pessoais, provenientes dos mais diversos sujeitos, advindos de diversificadas esferas sociais, proporcionam condições de, por meio da análise da visão de mundo de quem os constituiu, perceber as nuances e complexidades do meio coletivo na qual estes sujeitos integravam. Desta forma, por exemplo, sujeitos que atuaram em uma camada mediana da sociedade, e que deixaram acervos documentais organizados, tem se tornado objeto de pesquisa por parte de historiadores e outros cientistas sociais.

Em linhas gerais, conceitualmente, o

arquivo pessoal é entendido como o [...] conjunto de papéis e material audiovisual ou iconográfico resultante da vida e da obra/atividade de estadistas, políticos, administradores, líderes de categorias profissionais, cientistas, escritores, artistas, etc. Enfim, pessoas cuja maneira de pensar, agir, atuar e viver possa ter algum interesse para as pesquisas nas respectivas áreas onde desenvolveram suas atividades; ou ainda, pessoas detentoras de informações inéditas em seus documentos que, se divulgadas na comunidade científica e na sociedade civil, trarão fatos novos para as ciências, a arte e a sociedade (BELLOTO, 2004, p. 266).

Essa compreensão nos possibilita dimensionar a riqueza de informações que podem advir de um acervo de cunho pessoal, desde que observadas as limitações existentes, assim como a necessidade do pesquisador fazer uso de um arcabouço teórico e metodológico adequado para o trato destas fontes. Concomitante a isso, a forma de sistematização, a organicidade destes acervos pessoais também é um elemento vital, pois através dela é possível perceber as faces dos sujeitos produtores estes. Corroborando com esta concepção, nos valem da elucubração de Priscila Fraiz sobre esse tema, ao definir que

uma característica essencial dos arquivos pessoais reside na preponderância do valor informativo de seus documentos, isto é, seu valor de uso para fins históricos. O valor de prova legal, característica essencial dos documentos públicos, perde esse sentido estrito para os papéis privados. Mas se alargarmos esse conceito, também podemos dizer que, na organicidade de um arquivo pessoal, na maneira como os documentos foram organizados e mantidos em seu local de origem, é que reside seu valor de prova. Essa maneira atesta, por exemplo, as intenções e os sentidos emprestados pelo titular do arquivo relativos ao uso dos documentos acumulados (FRAIZ, 1998, p. 62).

E é esse jogo de intenções que também respalda a necessidade atenção para com os acervos pes-

soais. Vislumbrar o modo de concepção, produção e difusão destas coleções documentais tem se tornado objeto de estudo por parte dos historiadores de forma mais incisiva.

o que nos interessa na ordem original, isto é, no modo de articulação dos documentos gerado pelo processo de acumulação [é] apreender a operação de acumulação como rede articulada de sentidos da qual o [acumulador] é o centro lógico (VIANNA et al., 1986, p. 68).

Mas não é apenas sobre os aspectos memorialísticos e acumulativos dos sujeitos que articularam a criação de seus acervos pessoais que importa aos pesquisadores. Os arranjos posteriores, o tratamento, os critérios adotados para aceite ou recusa de um arquivo, o encaminhamento para determinado espaço de memória, também constituem significativo e importante campo de análise. Conforme Luciana Heymann,

temos, portanto, uma ação a posteriori, tanto da parte do acumulador como dos outros agentes, assim como uma constituição intencional da fonte histórica. Neste sentido, a análise deve necessariamente passar por um exame que leve em consideração o conjunto, os projetos, as intenções, fazendo ressaltar desta perspectiva exatamente a sua dimensão memorial. Os arquivos pessoais, poder-se-ia dizer, agregariam assim as características dos dois termos que os definem ou, de outro modo, se definiriam a meio caminho entre as noções de arquivo (contemporâneo, funcional, vestígio involuntário) e as de depoimento/testemunho pessoal (posterior, memorial, voluntário) (HEYMANN, 1997, p. 62).

Amparados por esta reflexão historiográfica e embasados pelas ferramentas teóricas utilizadas, retomaremos na sequência a apreciação sobre o acervo pessoal eu é objeto de nosso estudo.

O museu, o acumulador e os “segredos” do acervo pessoal

O Museu Histórico Visconde de São Leopoldo teve sua inauguração em 20 de setembro de 1959. Mas o processo de seleção de acervo remonta ao ano de 1955, pelo menos. A iniciativa de criação de uma instituição de memória vinculada com a imigração alemã no Sul do Brasil estava atrelada com uma tentativa de “resgatar a memória, a história e a cultura dos alemães e descendentes”, perdida por conta das ações nacionalistas do Estado Novo. O grupo que constituiu a equipe pioneira do museu era formada por intelectuais e comerciantes de São Leopoldo e Novo Hamburgo. Seu trabalho inicial era o de captar os objetos, documentos, fotografias, livros, entre outros, que passariam a compor o acervo da instituição. Em 1959, foi a vez de obter o local para a instalação do museu.

O espaço para esse empreendimento foi cedido pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Leopoldo, mantida pelos padres da Companhia de Jesus – os Jesuítas. Dez anos mais tarde, esta faculdade se tornaria a Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS. O museu foi instalado em uma sala da faculdade, em prédio ainda localizado no centro histórico leopoldense, às margens do Rio dos Sinos. Posteriormente, a instituição memorialística foi transferido para um prédio na esquina das ruas Independência e Dom João Becker, próximo no antigo local. Em 1985, o prédio oficial inaugurado, em 25 de julho daquele ano, recebe o acervo do museu em definitivo, permanecendo até a atualidade.

Ao longo de quase 60 anos de existência, o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo formou um acervo de mais de 30 mil fotografias, diversas coleções de jornais em língua portuguesa e alemã, milhares de objetos e, contemplando nosso campo analítico, mais de 250 mil documentos, das mais variadas procedências e funcionalidades. Além de documentos de origem pública, como aqueles correspondentes

ao aparato administrativo leopoldense, provenientes da Câmara de Vereadores e da Prefeitura Municipal, também encontramos diversos acervos pessoais, vinculados com famílias de destaque e nomes expoentes de São Leopoldo e do próprio Rio Grande do Sul.

Ao abordamos a questão dos acervos pessoais, é necessário compreender a operacionalidade que proporcionou a inserção dos mesmos ao acervo institucional. Ao contemplarmos os passos iniciais do museu, assim como a participação de mantenedores ao longo dos anos, além de vislumbramos a própria expografia existente, percebemos que a abordagem contempla um grupo mais elitista. Conforme mencionado anteriormente, lideranças empresariais, políticas e intelectuais se envolveram, de forma mais direta ou indireta, com o cotidiano da instituição. Muitos destes, após seu falecimento, tiveram objetos, fotografias, livros e documentos doados para a entidade. Além do discurso de “consideração” para com o museu, também precisamos antever o caráter pragmático destas ações: por se tratar de um espaço de memória e difusão de determinados discursos sobre a história da imigração alemã, este se tornaria o lócus ideal para perpetuar uma determinada imagem familiar. E dentro deste cenário, iremos agora abordar o sujeito que constituiu o acervo pessoal por nos escolhido para apreciação.

Em 2013, ano em que o acervo pessoal foi doado ao Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, completavam-se 10 anos do falecimento de Carlos de Souza Moraes, advogado, intelectual, empresário e político de longa atuação em São Leopoldo. Natural de São Leopoldo, Moraes nasceu em 1908. Seu pai, José Álvaro Pereira de Moraes, foi intendente de Montenegro entre 1900 e 1908, sendo chefe regional do Partido Republicano Riograndense (PRR) e homem de confiança do então presidente do Rio Grande do Sul, Antônio Augusto Borges de Medeiros. Pelo lado materno, seu avô, Porfírio Felisberto de Souza, também foi governante montenegrino, chefe republicano e próximo de Júlio de Castilhos, governante estadual e chefe unipessoal do PRR até 1903, ano de seu falecimento. Formado em Direito, pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, em 1933, logo assumiu a função de Juiz Distrital em Herval, na região sul do estado.

Em 1937, abriu escritório de advocacia em Porto Alegre. Neste mesmo ano, é convidado para assumir o cargo de secretário da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, durante a gestão de Theodomiro Porto da Fonseca. Permaneceu neste cargo até 1944, acumulando também os ofícios de diretor da Instrução Pública municipal e diretor do jornal *Correio de São Leopoldo*. Ainda em 1937, contraiu núpcias com Odette Rossi, professora, membro da família de Amadeo Rossi, fundador de uma importante empresa do ramo de fundição e metalurgia. A empresa, durante a Segunda Guerra Mundial, foi uma das principais fornecedoras de armamento para o Exército brasileiro. Em 1944, quando Theodomiro Porto da Fonseca renuncia ao governo leopoldense, Carlos de Souza Moraes assume o Executivo municipal, ocupando o mesmo até 1945. Entre 1946 e 1947, assume novamente o posto, renunciando para concorrer ao cargo de vereador. Entre 1948 e 1951, foi membro da primeira legislatura de São Leopoldo após o fim do Estado Novo, sendo eleito pelo Partido Social Democrático (PSD), da qual fora uma das principais lideranças locais.

Além da trajetória política, Moraes também teve um envolvimento intelectual ativo. Em 1938, se torna membro da Academia Rio-grandense de Letras. Posteriormente, fez parte do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e foi um dos fundadores do Instituto Histórico de São Leopoldo, em 1975, entidade que até hoje se reúne nas dependências do Museu Histórico de São Leopoldo. Sobre o museu, Carlos de Souza Moraes foi um dos incentivadores para criação do mesmo. Publicou livros sobre

a história da imigração alemã e São Leopoldo, além de crônicas diversas sobre o cotidiano, publicadas em jornais e também reunidas em livros, entre outras obras. Durante o período do Estado Novo, mais precisamente em 1942, lançou, pela Editora do Globo, a obra *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, onde fomentava a campanha antinipônica no país, denunciando eventuais “perigos” relacionados com este grupo étnico. Esteve atuante até pouco tempo antes de sua morte, aos 95 anos, em 2003.

Quando ocorreu a doação do acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes para o Museu Histórico Visconde de São Leopoldo, a família de Moraes elencou, entre as razões, a necessidade de desocupar espaços na casa onde o mesmo residia mas, sobretudo, de fazer, com essa doação, uma homenagem ao ex-prefeito de São Leopoldo, mantendo “viva” a sua memória. Também foi destacada a relação de Moraes com a cultura e história leopoldense, assim como com a história do próprio museu. Deste modo, a ideia de inserir uma memória individual em um espaço de memória coletiva ganha personificação de forma concreta. Ao dar visibilidade ao acervo de Carlos de Souza Moraes, seja por meio das divulgações vinculadas na imprensa sobre o ocorrido, seja pelo próprio processo de organização do mesmo no espaço museal, se busca legitimar uma trajetória que se faz presente por meio dos documentos deixados por quem os organizou, demarcando um território memorialístico em um espaço histórico.

Iniciado o trabalho mais efetivo com os documentos depositados no museu, algumas constatações foram possíveis de forma mais imediata. A primeira é a intencionalidade de Carlos de Souza Moraes em reunir e organizar essa massa documental variada. Procurou, sistematizar esse material, dividindo-os minimamente por tipologia, condicionando-os e identificando o que havia nas pastas onde a maior parte dos documentos estavam guardados. Outro detalhe que ficou perceptível é que os familiares não realizaram uma triagem prévia antes de liberarem a ida deste acervo para o museu. Da forma que Moraes os deixou, os mesmos foram realocados.

Mas queremos avultar, principalmente, a evidência de que Carlos de Souza Moraes buscou, através dos documentos que selecionou e sistematizou em forma de acervo pessoal, constituir subsídios que viabilizassem a construção de uma memória sobre si. Não é exagero conceber que, através dos documentos, ele buscou “escrever uma autobiografia”. Ou, pelo menos, fornecer os parâmetros que deveriam orientar sua família e terceiros acerca dos pontos de sua vida que mereceriam ser destacados para o meio social, para a posteridade.

Contudo, existem alguns materiais que suscitam algumas dúvidas sobre a intenção real de estarem presentes junto ao acervo. Não podemos afirmar se Moraes realmente queria que estes documentos fossem acessados por outras pessoas. Esta documentação está intimamente com as campanhas de xenofobia promovidas no Brasil entre as décadas de 1930 e 1940. Vamos explicar melhor esse aspecto.

Carlos de Souza Moraes, em 1936, foi responsável pela fundação e estruturação no Rio Grande do Sul de uma entidade de cunho fortemente nacionalista e, ao mesmo tempo, de forte discurso antiimigratório. Trata-se da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, também conhecida pela sua sigla, SAAT. Fundada em 1932, a SAAT se caracterizou pela apropriação que fez das ideias de Alberto Torres, pensador social fluminense, que se dedicou a diagnosticar as peculiaridades e problemas da sociedade brasileira do final do século XIX e princípio do século XX. Contudo, as ressignificações produzidas pela SAAT assumiam uma conotação mais radical, com acentuado cunho xenófobo. A imigração, em sua plataforma política, era um

dos principais problemas do Brasil, pois os grupos étnicos imigrantes não estavam contribuindo com o crescimento real do país, assumindo assim um papel “parasitário” na estrutura social. E dentre os grupos étnicos qualificados como indesejáveis, a SAAT destacava os japoneses e sírio-libaneses.

A campanha contra a imigração promovida pela SAAT não ficou restrita ao âmbito panfletário. Em 1934, a mesma conseguiu eleger deputados que fizeram parte da Assembleia Constituinte. Por sua vez, este grupo de deputados conseguiu a aprovação de leis que restringiam a imigração para o país. Por seu turno, Moraes, em nível local e regional, buscou implementar o ideário da entidade, tendo em vista estar inserido dentro da burocracia política e administrativa do Estado Novo. Além de se preocupar com a imigração japonesa, fato que ficou materializado em sua obra *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, também promoveu uma intensa campanha de nacionalização junto aos imigrantes e descendentes de alemães em São Leopoldo, especialmente por meio do ensino (recordando que o mesmo foi diretor de Instrução Pública) e de discursos inflamados, sejam na imprensa, sejam e atos cívicos.

Destacamos que, a respeito da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres, a documentação existente é pequena, tendo em vista que a maior parte do acervo da entidade foi perdido em um incêndio no prédio do *Jornal do Comércio*, no Rio de Janeiro, onde a sede da SAAT estava instalada. Alguns documentos estão em outros acervos pessoais, como o de Juarez Távora, salvaguardado junto ao CPDOC da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Com isso, a documentação existente no acervo pessoal de Carlos de Souza Moraes representa um acréscimo importante para conhecermos melhor a trajetória da Sociedade dos Amigos de Alberto Torres e, ao mesmo tempo, do próprio movimento de nacionalismo, combate a imigração e de nacionalização forçada, promovidos ao longo dos anos 1930 e 1940. Mas ficam alguns questionamentos: será que, embora tenha garantido a integridade dessa documentação sobre a SAAT, Moraes gostaria que a mesma ficasse à vista de um público maior? Será que o mesmo tinha dimensão que estes documentos poderiam ser acessados por pesquisadores, que dariam uma interpretação talvez não tão positiva sobre esse aspecto de sua vida? Somando-se a isso, ele tinha noção que essa documentação poderia desconfigurar a imagem pessoal que tentava criar? Provavelmente estas perguntas ficarão sem uma resposta precisa. Mas são importantes quando pensamos em acervos pessoais e no caminhos que fogem daqueles que foram pensados e traçados pelos que conceberam este acervo.

Outros achados interessantes no acervo pessoal constituído por Moraes são as correspondências. Com elas, é possível descortinar a interlocução deste agente social, seja no campo político, seja no intelectual, com uma rede ampla de agentes, tanto no Rio Grande do Sul quanto em nível de Brasil. Em 1942, por exemplo, pouco antes do lançamento de *A Ofensiva Japonesa no Brasil*, ocorreu um problema relacionado com a distribuição do mesmo. Em um bilhete manuscrito, Moraes informa ao destinatário que a questão havia sido resolvida, por intermédio de um amigo, chamado Erico. Em outra correspondência, desta vez tendo Moraes como destinatário, um amigo lhe encaminha votos de felicitações. O nome deste amigo: Erico Verissimo. O mesmo que ajudou-lhe na solução do problema relacionado com o livro. Cabe lembrar que, em 1942, Erico Verissimo trabalhava na Editora do Globo, responsável pela publicação da obra de Moraes.

Na mesma esteira das correspondências, percebemos que Moraes costumava fazer cópias das cartas que emitia, principalmente quando se tratavam de assuntos políticos. Uma destas correspondências, de

maio de 1938, tinha como destinatário Benjamim Vargas, irmão do presidente Getúlio Vargas. No documento, retratava um impasse territorial envolvendo os municípios de São Leopoldo e Novo Hamburgo, a respeito de alguns distritos leopoldenses, cuja anexação era pretendida pela municipalidade e lideranças políticas hamburguenses. Mas, além da querela sobre a posse distrital, o ponto que chama a atenção é a ênfase de Moraes em afirmar que a anexação dos distritos das áreas mais coloniais iria fomentar o crescimento do nazismo na região. Essa e outras correspondências, enviadas e recebidas, tendo como interlocutores autoridades estaduais e federais, contribui para uma dimensão mais ampla da complexidade dos diferentes níveis relacionais da política estadonovista.

Os exemplos acima demonstram a importância de um acervo pessoal para a pesquisa histórica, pois ali podem estar inseridos documentos que não estão disponíveis em acervos públicos, de caráter estatal. Mas que, ao dialogarem entre si, permitem expandir as possibilidades de análise e interpretação historiográfica. Contudo, qualquer acervo, seja pessoal ou público, necessitam de cuidados ao serem averiguados, para que não caiamos em armadilhas, como a do “encantamento” pelas fontes e a consequente perda da criticidade sobre elas

Linhas conclusivas

O passado é sempre conflituoso. A ele se referem, em concorrência, a memória e a história, porque nem sempre a história consegue acreditar na memória, e a memória desconfia de uma reconstituição que não coloque em seu centro os direitos da lembrança (direitos de vida, de justiça, de subjetividade) (SARLO, 2007, p. 9).

A reflexão de Beatriz Sarlo é pertinente ao que propomos neste artigo. Pois, ao nos debruçarmos sobre as fontes existentes em um acervo pessoal e sobre a historicização do próprio acervo, nos encontramos entre dois eixos fundamentais: a história e a memória. Embora em constante diálogo, elas também são conflitantes. Quem produz um acervo pessoal, busca construir uma narrativa de sua própria vida a partir daquilo que seleciona, evidencia, esconde, descarta. Contudo, embora o sujeito busque uma coerência, uma linearidade, que seja assumida como verdade pela memória social, a vida não é segmentada, retilínea. Ela é contrastiva, cheia de nuances. Ao trazermos considerações sobre o acervo pessoal constituído por Carlos de Souza Moraes, buscamos evidenciar esses elementos. A intenção do próprio Moraes, ou, pelo menos, aquilo que se percebe como sua intencionalidade, a ação familiar para preservação de sua memória e, por outro lado, o olhar dado pelo historiador para esse acervo, mostrando aspectos que podem “bater de frente” com os objetivos dos demais sujeitos envolvidos. Segundo François Hartog (1999, p. 18), os documentos podem fornecer “traços das atividades dos homens que dão testemunho delas”. E, talvez seja no contraste de intenções que reside o sentido da ação histórica: ver o homem além das aparências da qual se reveste, mas buscar percebê-lo em sua complexidade. E, através dos acervos pessoais produzidos por esses homens, talvez, minimamente, consigamos ver além do “véu das representações de si mesmo”.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.

- BELLOTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes**: tratamento documental. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- BLOCH, Marc. **Introdução à História**. Portugal: Publicações Europa-América, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.
- DOMINICÉ, Pierre. Biografização e mundialização: dois desafios contraditórios e complementares. In: PASSEGGI, M. C.; SOUZA, E. C. (Org.) **(Auto)Biografia**: formação, territórios e saberes. Natal: EDUFERN; São Paulo: Paulus, 2008.
- DOSSE, François. **O desafio biográfico**: escrever uma vida. São Paulo: Edusp, 2009.
- CANAU, Joel. **Memória e identidade**. São Paulo: Contexto, 2011.
- FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.
- _____. **Lugares para a História**. Lisboa: Editorial Teorema, 1999.
- FRAIZ, Priscila. A Dimensão Autobiográfica dos Arquivos Pessoais: o Arquivo de Gustavo Capanema. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, Vol. 11, n. 21, 1998.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). **Escrita de si**. Escrita da História. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.
- _____. Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, FGV/CPDOC, v. 11, n. 21, p. 121-127, 1998.
- HALBAWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. 2 ed. São Paulo: Centauro, 2013.
- HARTOG, F. **O espelho de Heródoto**. Ensaio sobre a representação do outro. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- HEYMANN, Luciana Quillet. Indivíduo, Memória e Resíduo. Uma reflexão sobre Arquivos Pessoais e o caso Filinto Muller. **Estudos Históricos**. Vol. 10, nº 19, CPDOC-FGV, Rio de Janeiro, 1997.
- LOPEZ, André P. A. Documento e História. In: MALERBA, Jurandir (org.). **A Velha História**. Teoria, método e historiografia. Campinas: Papirus, 1996.
- NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, dez. 1993.
- PEREYRA, Carlos et al. **Historia**, ¿para qué? México: Siglo XXI, 1982.
- POLLAK, Michel. Memória, esquecimento e silêncio. **Estudos Históricos**, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.
- RIBEIRO, Renato Janine. Memórias de si, ou... **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, CPDOC-FGV, vol. 11, n. 21, 1998.
- ROUSSEAU, Jean-Yver; COUTURE, Carol. **Os Fundamentos da Disciplina Arquivística**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- SARLO, Beatriz. **Tempo passado**. Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.
- VIANNA, Aurélio; LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. A vontade de guardar: lógica da acumulação em arquivos privados. **Arquivo & Administração**, v. 10-14, n. 2, p. 62-76, 1986.

Recebido em 13/11/2017.

Aceito em 23/04/2018.